

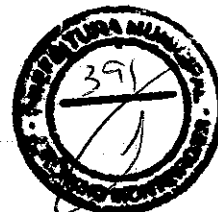
# Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



## TERMO DE REFERÊNCIA

<b>SECRETARIA:</b>	Secretaria Municipal de Saúde e outras.
<b>ENDEREÇO:</b>	Av. Dr. José Farah, 08, Centro, Jerônimo Monteiro-ES, CEP: 29.550-000, e outros.
<b>TELEFONE:</b>	-
<b>E-MAIL:</b>	secretariajm@bol.com.br, e outros



### 1. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

1.1. Foi elaborado Estudo Técnico Preliminar?  
Sim

### 2. DO OBJETO

2.1. Aquisição e/ou contratação de empresa especializada para Seguro Total dos veículos da frota oficial da Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro/ES, com cobertura contra danos materiais resultante de sinistros de roubo, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 (vinte e quatro) horas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e nos anexos que o compõe.

2.2. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois apresentam padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

2.3. O prazo de vigência da contratação será de 12 meses, a contar da publicação da ata de Registro de Preços.

2.4. No caso de solicitação de contrato, o mesmo trará maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

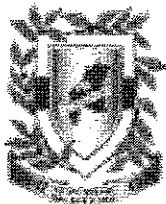
Observação: Esta aquisição não consta no Plano Anual de Contratações para 2025, uma vez que é referente a demanda protocolada em 2024, sendo possível realizá-la apenas neste exercício, em conformidade com o orçamento vigente. A aquisição é de suma importância, visto a necessidade de melhoria nas acomodações do Abrigo Criança Feliz, e nos setores das demais Secretarias solicitantes.

### 3. TIPO DE CONTRATAÇÃO

3.1. Fornecimento de Bens/Materiais

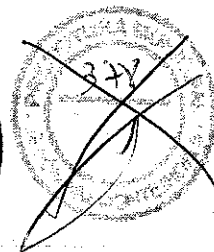
3.2. Se prestação de serviço, o mesmo trata-se de natureza de execução continuada?  
Sim

- Salienta-se que se trata de serviço continuado, em virtude de sua essencialidade e habitualidade. Uma eventual paralisação nas publicações de avisos de licitação, por exemplo, implicaria em prejuízo ao exercício das atividades da Administração, uma vez



# Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



que todas as licitações ficariam também paralisadas, o que levaria a atrasos nas diversas contratações. Importante trazer à questão a definição de serviços contínuos constante no Art. 6º, inciso XV, da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações): Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;

- Sugerimos que a contratação seja firmada pelo período de 12 meses, sendo permitida sua prorrogação desde que respeitada vigência máxima decenal, conforme limites e condições previstos no Art. 107 da Lei 14.133/2021, devido à característica contínua do serviço de publicidade legal.

## 4. NECESSÁRIO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Não

## 5. HOUVE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Não

## 6. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS DE EMPRESAS

6.1. Será admitida a participação de consórcios de empresas?

Não

## 7. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

7.1. Justificativa e objetivo da contratação/ aquisição.

7.1.1. A fundamentação e descrição da necessidade encontram-se no Estudo Técnico Preliminar.

7.2. Razão da contratação/ aquisição.

7.1.2. Necessidade de manter a frota municipal nos padrões de segurança, de forma a minimizar os riscos de possíveis perdas patrimoniais e garantir assistência em casos de acidentes, considerando que os veículos transportam servidores no desenvolvimento de suas atividades, a população.

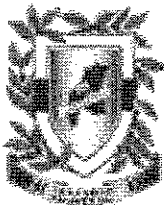
## 8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO E/OU SERVIÇO

2.5. A descrição da solução como um todo se encontra em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

## 9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

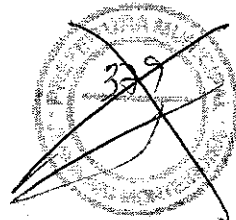
9.1. Critérios de sustentabilidade:

2.5.A. Os critérios de sustentabilidade e impactos ambientais estão descritos em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.



# Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



9.2. Da exigência de amostra:

2.5.B. Não haverá exigência amostra.

9.3. Da subcontratação:

9.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto.

9.4. Da garantia da contratação:

2.5.C. Não haverá exigência de Garantia.

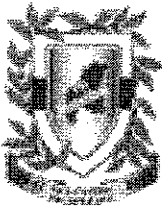
## 10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1. Condições de entrega e/ou execução do objeto:

10.1.1. A execução dos serviços será realizada em até 12 (doze) meses, após a assinatura do Contrato emitido pelo Setor de Contratos da Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro.

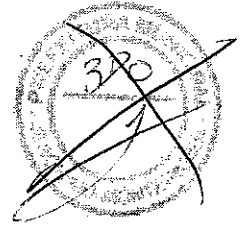
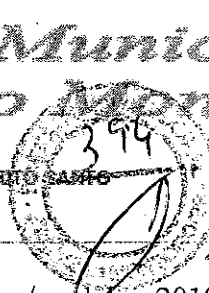
### REQUISITOS:

- Assistência 24 horas para todos os veículos;
- Carro reserva com limite mínimo de 15 dias, em oficina referenciada, sendo que os veículos com mais de 07 passageiros e ambulância estão dispensados de carro reserva;
- Reboque ou transporte do veículo de até 400 km, quando por pane, colisão, roubo ou incêndio, dentre outros sinistros o veículo não puder circular, a contratada deverá deixar o mesmo em local indicado pela secretaria na qual o veículo for pertencente;
- A contratada deverá fornecer, em caso de pane, colisão, roubo ou incêndio, dentre outros sinistros, meio de transporte apropriado para que o motorista e passageiros retornem ao Município de origem;
- A contratada deverá se responsabilizar pela hospedagem do condutor do veículo e demais passageiros caso não consigam ser transportados no mesmo dia do incidente;
- **Cobertura completa para vidros:**
  - Franquia: retrovisores, faróis e lanternas R\$ 150,00 e para-brisa dianteiro e traseiro e vidros laterais R\$ 500,00;
  - Em caso de sinistro de perda parcial do veículo, o pagamento da franquia deverá ser efetuado a seguradora contratada para que a mesma repasse o pagamento ao prestador de serviços (oficinas e concessionárias credenciadas);
- **Referência de preços dos veículos: TABELA FIPE; Exceto ônibus, Valores de referência:**
  - Marcopolo/Volare V8E M (Micro-ônibus), ano/modelo: 2012/2013 - placa: ODR-3946: R\$ 97.776,00;
  - Marcopolo/Volare V8E M (Micro-ônibus), ano/modelo: 2012/2013 - placa: ODR-3947: R\$ 97.776,00;
  - VW 15.190 EOD E.S. ORE (Ônibus), ano: 2012 - placa: MTQ-3166: R\$ 148.556,00;
  - VW/Neobus Mini ESC (Micro-ônibus), ano/modelo: 2016/2017 - placa: PPL-4090: R\$ 121.586,43;
  - Marcopolo/Volare V8L 4X4 E0 (ônibus), ano: 2021 - placa: RQT-6J09: R\$ 221.523,21;
  - VW 15.190 EOD E.S. ORE (Ônibus), ano: 2012 - placa: MTQ-3171: R\$ 148.556,00;
  - VW 15.190 EOD ESCOLAR HD (Ônibus), ano/modelo: 2012/2013 - placa: OCV-4407: R\$ 148.556,00;
  - VW 15.190 EOD ESCOLAR HD (Ônibus), ano/modelo: 2012/2013 - placa: OCV-4408: R\$



# Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



148.556,00;

- VW 15.190 EOD E.HD ORE (Ônibus), ano/modelo: 2019/2020 - placa: QRI-5E22: R\$ 201.196,75.

- Marcopolo/Volare V8L EO (Micro-ônibus), ano/modelo: 2012/2013 - placa: ODN-8616: R\$ 97.000,00.

- VW/Masca Granmidi O (Ônibus), ano/modelo: 2006/2007 - placa: MQM-4856: R\$ 86.456,25.

- Iveco/Bus 15-2010E-C (Ônibus), ano/modelo: 2024/2025 - placa: SGI-7A12: R\$ 469.499,00

- Iveco/Bus 15-2010E-C (Ônibus), ano/modelo: 2024/2025 - placa: SGI-7A24: R\$ 469.499,00

- Marcopolo Volare V8L 4X4 EO (Ônibus), ano: 2019 - Placa: QRI-4J52: R\$ 285.477,00

- Marcopolo Volare V8L 4X4 EO (Ônibus), ano: 2019 - Placa: QRJ-4A50: R\$ 285.477,00

- Plataforma Elevatória R\$ 30.000,00 - Mercedes-Benz Sprinter Fforma 0 KM - prata - 146CV

- Diesel Equipada Com Ano/Modelo: 2018/2019 - Placa: QRB-9936, a ser considerado tabela FIPE.

- Franquia reduzida para todos os itens em caso de sinistro;

**- Outros riscos cobertos:**

- Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros;

- Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento;

- Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

- Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo.

**• COBERTURA MÍNIMA:**

- **Seguro de responsabilidade civil de veículos-RC para todos os veículos, como segue:**

• Danos materiais - R\$ 200.000,00 (Duzentos mil) no mínimo / danos corporais - R\$ 200.000,00 (Duzentos mil) no mínimo;

- Seguro de acidentes pessoais de passageiros para todos os passageiros dos veículos, como segue:

• Morte acidental - R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil) no mínimo / invalidez p/ acidente - R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil) no mínimo;

- **Seguro de danos morais por veículos, como segue:**

• Danos morais - R\$ 130.000,00 (Cento e trinta mil).

**- VALOR DE FRANQUIA A SER PAGA POR VEÍCULO EM CASO DE SINISTRO:**

- Marcopolo/Volare V8E M (Micro-ônibus), ano/modelo: 2012/2013 - placa: ODR-3946: R\$ 6.900,00;

- Marcopolo/Volare V8E M (Micro-ônibus), ano/modelo: 2012/2013 - placa: ODR-3947: R\$ 6.900,00;

- VW 15.190 EOD E.S. ORE (Ônibus), ano: 2012 - placa: MTQ-3166: R\$ 6.500,00;

- VW/Neobus Mini ESC (Micro-ônibus), ano/modelo: 2016/2017 - placa: PPL-4090: R\$ 4.120,00;

- Marcopolo/Volare V8L 4X4 EO (ônibus), ano: 2021 - placa: RQT-6J09: R\$ 5.000,00;

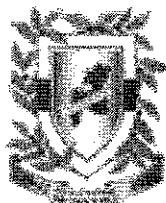
- VW 15.190 EOD E.S. ORE (Ônibus), ano: 2012 - placa: MTQ-3171: R\$ 6.500,00;

- VW 15.190 EOD ESCOLAR HD (Ônibus), ano/modelo: 2012/2013 - placa: OCV-4407: R\$ 6.500,00;

- VW 15.190 EOD ESCOLAR HD (Ônibus), ano/modelo: 2012/2013 - placa: OCV-4408: R\$ 6.500,00;

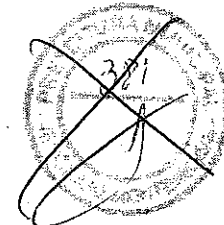
- VW 15.190 EOD E.HD ORE (Ônibus), ano/modelo: 2019/2020 - placa: QRI-5E22: R\$ 6.500,00;

- Marcopolo/Volare V8L EO (Micro-ônibus), ano/modelo: 2012/2013 - placa: ODN-8616: R\$



# Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



6.900,00;

- VW/Masca Granmidi O (Ônibus), ano/modelo: 2007/2007 - placa: MQM-4856: R\$ 5.000,00.
- Renault Oroch 1.6 4x2, ano/modelo: 2021/2022 - placa: FJU-4G85: R\$ 4.000,00.
- Mercedes-Benz Sprinter Fforma 0 KM - prata - 146CV -Diesel - Equipada Com Plataforma Elevatória - Ano/Modelo: 2018/2019 – Placa: QRB-9936: R\$ 7.500,00;
- Minivan Chevrolet Spin 1.8 L MT Premier - Ano/Modelo: 2021/2022, Placa: RQT-9H47: R\$ 2.500,00;
- Minivan Chevrolet Spin 1.8 L MT Premier - Ano/Modelo: 2021/2022, Placa: RQT-9H49: R\$ 2.500,00;
- Minivan Chevrolet Spin 1.8 L MT Premier - Ano/Modelo: 2021/2022, Placa: RQT-9H37: R\$ 2.500,00;
- Minivan Chevrolet Spin 1.8 L MT Premier - Ano/Modelo: 2021/2022, Placa: RQQ-0E77 : R\$ 2.500,00;
- Ambulância Gm/Montana Marimar - Ano: 2019, Placa: ORH-7054: R\$ 4.500,00
- Fiat/Argo Drive 1.0, Ano: 2023/2024 – Placa, SGD-2A30 : R\$ 2.500,00;
- Fiat/Argo Drive 1.0, Ano: 2023/2024 – Placa, SGD-2A49 : R\$ 2.500,00;
- Mercedes-Benz 415 CDI Sprinterm, Ano/Modelo: 2019/2019: R\$ 7.500,00;
- Renault/Master L1 RAY B 136CV/2299 Ano/Modelo:2023/2024 Placa: SGD-8B62: R\$ 7.500,00
- Ford Ká SE 1.0, Ano: 2018/2019 – Placa: PPW-4302 : R\$ 2.500,00;
- Iveco/Bus 15-2010E-C (Ônibus), ano/modelo: 2024/2025 - placa: SGI-7A12: R\$ 8.000,00
- Iveco/Bus 15-2010E-C (Ônibus), ano/modelo: 2024/2025 - placa: SGI-7A24: R\$ 8.000,00
- Marcopolo Volare V8L 4X4 EO (Ônibus), ano: 2019 – Placa: QRI-4J52: R\$ 6.000,00
- Marcopolo Volare V8L 4X4 EO (Ônibus), ano: 2019 – Placa: QRJ-4A50: R\$ 6.000,00
- Minivan Chevrolet Spin LTZ 1.8 Premier – Ano: 2019, Placa: RBB-0J18 : R\$ 2.500,00;

## 10.2. Garantia, manutenção e assistência técnica:

10.2.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor. Os materiais a serem entregues devem ter sido armazenados em condições de boa conservação pela empresa, cabendo a mesma substituir os materiais que porventura estiverem fora das condições de uso ou com defeitos de fabricação, com lacre violado, em até 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir da solicitação.

## 11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

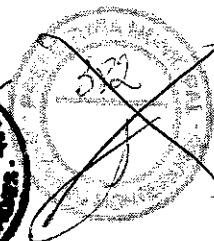
11.1.O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2.As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

11.5. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores



resultados para a Administração.

11.5.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

11.5.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

11.5.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

11.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

11.5.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

11.6. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

11.6.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

11.7. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

11.8. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

11.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

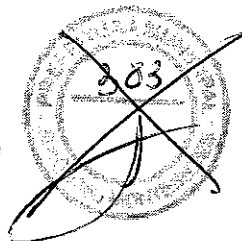
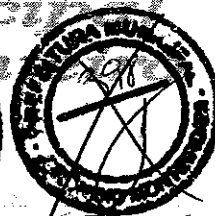
11.10. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

11.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

12.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

12.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento



provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

12.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

12.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

12.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

12.8. O pagamento pelo efetivo cumprimento das obrigações deverá ser efetuado conforme disposto no Capítulo X do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021, mediante a apresentação de nota fiscal ou da fatura pelo contratado e devidamente atestadas pela Administração, observado ainda o prazo estabelecido no contrato ou instrumento equivalente vigente.

### **13. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de:

#### **Licitação**

13.1.1. Se selecionado licitação:

#### **Pregão**

13.1.2. Se selecionado contratação direta:

#### **Não Aplicável**

Com fundamento na hipótese do art. ..., **Inciso...** da Lei nº 14.133/2021.

13.1.3. Se selecionado instrumento auxiliar:

#### **Não Aplicável**

13.2. Sob a forma:

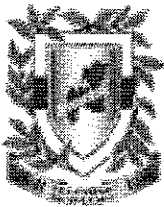
#### **Eletrônica**

13.3. Com adoção do critério de julgamento pelo:

#### **Menor Preço**

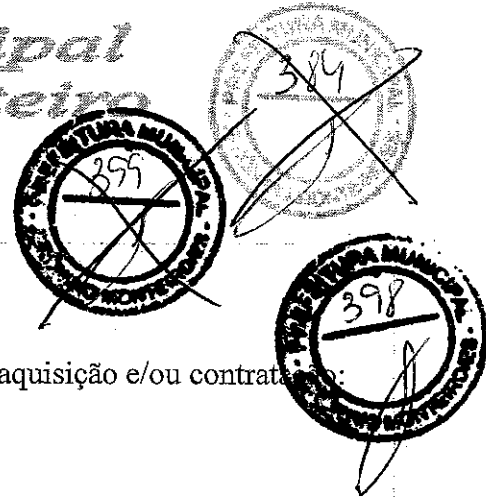
13.4. Sistema de Registro de Preços?

#### **Não**



# Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



13.5. Regime de execução em obras e serviços de engenharia:  
**Não Aplicável**

13.6. Critério de divisão e/ou alocação dos itens que compõem a aquisição e/ou contratação:  
**Item**

13.7. Habilitação Jurídica:

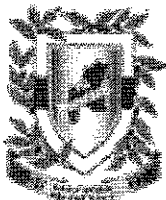
13.7.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede;
- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.8. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

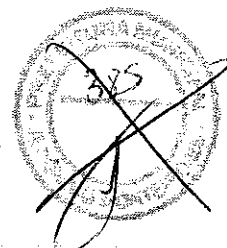
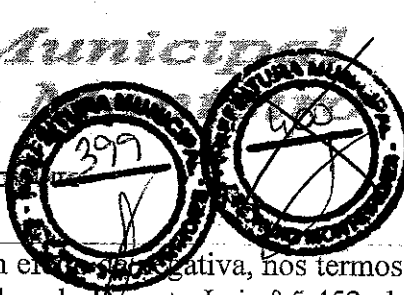
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a





# Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

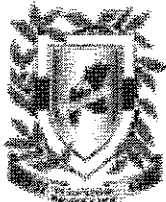


apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

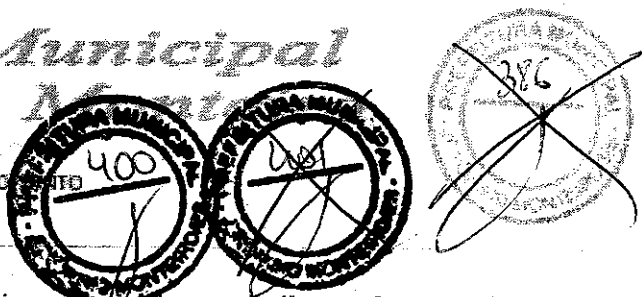
## 13.9. Qualificação Econômico-Financeira:

- Certidão Negativa de Pedido de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou por meio eletrônico através de sítio eletrônico do Tribunal de Justiça, observada a data de validade definida no instrumento;
- No caso de silêncio do documento a respeito de sua validade, a certidão negativa de falência, recuperação judicial e recuperação extrajudicial, para fins de habilitação, deverá apresentar data de emissão de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação.
- Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo até 10% do valor total estimado da contratação.
- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- O atendimento dos índices econômicos previstos neste item será verificado e atestado mediante despacho assinado por profissional habilitado da área contábil do município.



# Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



## 13.10. Qualificação Técnica:

- Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

## 14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. O custo estimado total da contratação e/ou aquisição é de R\$ 139.631,88(Cento e trinta e nove mil seiscientos e trinta e um reais e oitenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela em anexo.

## 15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Ficha/ Fonte de Recursos:

- Secretaria Municipal de Saúde:

Ficha fonte: 000068-150000150000

- Secretaria Municipal de Educação:

Ficha fonte: 000513-155300000000

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Obras Públicas e Transportes:

Ficha fonte: 000148-172000000000

Secretaria Municipal de Assistência Social:

Ficha fonte: 000286-166100009999

## 16. DO REAJUSTE

16.1. Poderá ser concedido o reajuste do preço, a requerimento do contratado e depois de transcorrido um ano do orçamento estimado, mediante aplicação, pelo contratante, do índice IPCA.

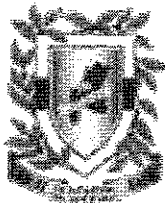
## 17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. As penalidades administrativas são aquelas previstas na legislação federal, impondo-se, para sua aplicação, a observância dos procedimentos descritos no contrato ou instrumento equivalente.

Jerônimo Monteiro - ES

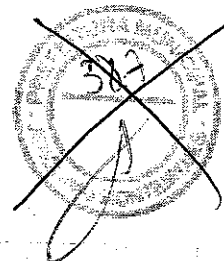
08 de Abril de 2025.

## 18. INDICAÇÃO DOS FISCAIS



# Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



18.1. São indicados para fiscalizar esta aquisição/contratação os seguintes servidores (titulares e suplentes):

## Fiscal administrativo:

### Titular:

Nome: Leonardo Zucoloto Dan  
Cargo/ Função: Auxiliar administrativo  
Lotação: Secretaria Municipal de Assistência Social  
Matrícula: 4251

Nome: Samuel Leonardo Costa  
Cargo/ Função: Diretor de Apoio Administrativo  
Lotação: Secretaria Municipal de Administração  
Matrícula: 3712

Nome: Ana Roberta da Costa Rosino  
Cargo: Diretora de Obras, Transporte e Urbanismo  
Lotação: Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Obras Públicas e Transportes  
Matrícula: -

Nome: Ramon Olmo Lacerda Pirovani  
Cargo: Agente de Administração Pública  
Lotação: Secretaria de Saúde  
Matrícula: 2362

### Suplente:

Nome: Elayne Cristina Leonardo Costa  
Cargo/ Função: Auxiliar Administrativo  
Lotação: Secretaria Municipal de Assistência Social  
Matrícula: 804

Nome: Bruna da Silva Belídio  
Cargo/ Função: Coordenadora do Creas  
Lotação: Secretaria Municipal de Assistência Social  
Matrícula: 4189

Nome: Antônio Marcos Abreu Zerbone  
Cargo/ Função: Pedreiro  
Lotação: SEMDUR  
Matrícula: 1045

Nome: Vitória Letícia Brandão Madureira  
Cargo: Coord; Vig. Epidemiologica  
Lotação: Secretaria de Saúde  
Matrícula: 4323



## 19. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

José Amilton Teixeira Junior  
Diretor de Compras e Serviços

## 20. RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Amanda Silva benevanuto  
Secretária Municipal de Saúde